



FÓRUM microfinanças

ANO 2005 | Nº 3 | FEVEREIRO

editorial

02

Bancos privados começam a oferecer microcrédito produtivo

04

Sebrae/RJ quer retomar o apoio aos operadores

06

Abcred saúda a nova política do governo federal

08

Agências bancárias no Estado do Rio

12

O Programa de Microcrédito Produtivo Orientado

3

É patente a mudança de humor do Governo Federal em relação ao Microcrédito Produtivo Orientado – para melhor. Desde agosto de 2004 medidas positivas foram implementadas para reverter a trajetória negativa das políticas públicas federais para o setor.

Como já foi comentado no último número do Boletim do Fórum de Microfinanças Rio de Janeiro, o BNDES desperdiçou dois preciosos anos – no período Carlos Lessa – com a paralisação de sua carteira de microcrédito produtivo orientado.

Com a administração Guido Mantega abre-se nova e promissora perspectiva para o Banco. O diretor da área social, Maurício Borges, e sua equipe têm dado sinais inequívocos de compromisso com o empreendedor de micro e pequenos negócios.

Há, no entanto, sinais de que o caminho a trilhar ainda é longo. A dificuldade de movimentar a burocracia estatal é enorme. O Presidente Lula, o mais entusiasmado com o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, já manifestou publicamente sua perplexidade com a lentidão do Executivo em responder às demandas da sociedade de forma eficiente, eficaz e rápida. Neste tom, é de se estranhar, particularmente, a timidez com que os Bancos Federais de primeiro piso – com a honrosa exceção do Banco do Nordeste – têm encarado o tema.

O indutor do coma das instituições financeiras públicas é a falta de ousadia responsável e de originalidade em encarar o tema. Microcrédito é uma revolução na maneira de pensar concessão de crédito. É preciso botar de ponta cabeça o método de análise do negócio, sem ferir, é claro, seus fundamentos. Reverte-se a linguagem, a lupa, mas não a análise da capacidade de pagamento e desenvolvimento do negócio do tomador.

Costuma-se dizer que “pobre é bom pagador” e por isso a taxa de inadimplência das boas instituições é tão baixa. É mito. O pobre é feito do mesmo tecido que a classe média e o rico. Há os bons e maus pagadores em qualquer estrato de renda. A garantia de baixas taxas de inadimplência é dada pela capacidade das instituições em reconhecer o negócio sólido.

Os bancos federais não podem avaliar o setor de microcrédito, particularmente as instituições mais estruturadas e dinâmicas, como o petroquímico ou de energia. Há de livrar-se de suas escamas e reconhecer nos operadores metodologia consistente, inovação e capacidade de análise. Não lastrear suas operações como faz para o setor siderúrgico ou naval, mas compreender a natureza singular do empreendedor de baixa renda e das instituições que o serve. Investir de forma responsável no seu desenvolvimento. Ponderar seu risco com cautela responsável, mas principalmente com originalidade.

É preciso investir no pequeno, promovê-lo, contribuir para seu desenvolvimento. Sem paternalismo.

Com generosidade, responsabilidade e ousadia.

Manuel Thedim

Bancos privados começam a acordar para o microcrédito produtivo

Conheça alguns dos produtos oferecidos pelo sistema financeiro formal para os empreendedores de baixa renda

Por Rosa Lima

Dois mil e cinco foi escolhido pela ONU como o Ano Internacional do Microcrédito. Também o presidente Lula, em seu primeiro pronunciamento de rádio à nação, feito no início de 2005, declarou que no Brasil este será o Ano do Microcrédito e das Cooperativas, renovando as esperanças de dias melhores para os micro e pequenos empreendedores no país inteiro.

Ainda no final do ano passado, o governo federal sinalizou com um novo impulso às iniciativas da sociedade civil que operam com esse sistema financeiro. O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), anunciado pelo Planalto em novembro, mais ainda não regulamentado, deverá cobrir alguns vácuos na área de promoção do microcrédito.

Enquanto o programa do governo não sai do papel, alguns dos maiores bancos privados do país já começam a acordar para esse mercado criando ou ofertando produtos financeiros antes praticamente restritos aos "bancos do povo", às Oscips ou SCMs.

É o caso do Unibanco. Em 2002, com a aquisição de 100% da Fininvest (que atua no setor desde 1998), o Unibanco incorporou também a operação de microcrédito. E, nesse mesmo ano, consolidou uma parceria com o International Financial Corporation (IFC) do Banco Mundial, criando a Microinvest, uma SCM voltada especificamente para atuar com microcrédito.

A instituição fechou o ano de 2004 com uma carteira de R\$ 3,1 milhões, e volume emprestado total de R\$ 3,8 milhões, de um total de 1.650 contratos realizados. E pretende continuar apostando nesse mercado, que tem grande potencial de crescimento. Segundo dados do Banco Central, apenas 1 % dessa demanda é atendida.

"O mercado de microcrédito cresce a cada dia, acompanhando o crescimento da economia informal. É um público diferente do que as financeiras estão acostumadas a lidar: não tem renda comprovada, não tem salário fixo e, portanto, as políticas de crédito tradicionais não estão aptas a lidar com ele", afirma Danilo Marques, gerente de Microfinanças do Unibanco.

Diferente da maioria dos bancos tradicionais, para os quais microcrédito significa basicamente pequenos empréstimos a pessoas físicas, a Microinvest opera com microcrédito produtivo orientado. Os créditos são concedidos a pessoas jurídicas, após a visita de agentes de microcrédito, funcionários que vão até o local dos empreendimentos realizar análise sócio-econômica dos negócios. A partir dessa análise, o crédito é concedido no montante adequado às necessidades do cliente.

O valor mínimo do empréstimo é R\$400,00, e o máximo, R\$10 mil. O cliente deve ter um empreendimento há pelo menos um ano, e o dinheiro deve ser aplicado no negócio, utilizado para capital de giro, compra de ativo fixo, reforma ou ampliação dos estabelecimentos. A taxa de juros praticada é de 3,6% a 4,2% am. O primeiro crédito é dado com a taxa de 4,2% am. Na renovação a taxa cai para 3,9% am e assim sucessivamente.

O prazo máximo de parcelamento é de doze meses para capital de giro e de até vinte e quatro meses para os créditos destinados a ativo fixo ou reforma de estabelecimento. Além disso, para solicitar o crédito é necessário apresentar os seguintes documentos: CPF, RG e comprovante de residência. Caso o negócio seja formalizado, o cliente terá que apresentar a cópia do cartão CNPJ e do contrato social.

"Para 2005 esperamos um forte crescimento dos volumes do ano passado. A oferta de microcrédito é feita através das lojas Fininvest, e já estamos presentes em mais de 100 lojas. Além disso, este ano teremos uma forte exposição do conceito de microcrédito na mídia, devido à eleição do Ano Internacional do Microcrédito e do Ano do microcrédito no Brasil", diz Danilo Marques.

VENDA CONSULTIVA

Já o Banco Real, que em julho de 2002 criou a Real Microcrédito como um projeto piloto na favela de Heliópolis, em São Paulo, atualmente mantém sete postos de atendimento na capital paulista, um em Campinas e outro em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro.

Também para Flavio Weizenmann, gerente geral da Real Microcrédito, esse é um mercado que tem grande potencial. Mas faz uma ressalva: "ele precisa ser trabalhado com cuidado e com o devido foco para que haja uma verdadeira inserção do público de baixa renda no mercado financeiro. O seu desenvolvimento depende fortemente da abordagem, pois este público precisa ser educado para o correto uso dos instrumentos financeiros que lhe são colocados à disposição, sob pena de causar desconfiança e decepção na medida em que pode levar a um endividamento inadequado. Portanto, é preciso atentar para que haja uma orientação neste sentido", diz.

Segundo Weizenmann, um dos diferenciais da Real Microcrédito é a venda consultiva. Uma equipe de agentes de crédito é treinada com a finalidade de analisar as necessidades

do cliente e definir suas prioridades. A partir dessa análise é definido o valor do crédito e iniciado o processo de avaliação e concessão do montante. O agente acompanha todas as etapas.

As condições gerais para o empréstimo são as seguintes: valor mínimo, R\$200,00 e valor máximo, R\$10 mil. O cliente deve ter um empreendimento e o dinheiro deve ser aplicado no negócio ou na melhoria da residência e suas instalações. A renda do cliente é elaborada juntamente com o agente de crédito. Para os empréstimos até R\$1 mil, a taxa de juros é de 2% ao mês e prazo de pagamento de até 4 parcelas mensais.

Para os empréstimos acima de R\$1 mil ou prazo de pagamento maior do que quatro parcelas mensais, a taxa de juros é de 3,5% am. O prazo máximo de parcelamento é de quinze meses para capital de giro e de até vinte e quatro meses para investimento em ativo fixo. Para solicitar o crédito, o cliente precisa apresentar CIC, RG e comprovante de residência.

A Real Microcrédito fechou 2004 com um total de 3.260 clientes e um valor da carteira ativa de R\$4,112 milhões. Durante o ano foram realizadas 4.348 operações de microcrédito, no valor total de R\$6,110 milhões.

"Para 2005, a expectativa é de que haja um forte crescimento baseado na experiência adquirida no maior conhecimento do conceito de microcrédito pelo público-alvo e na divulgação que o microcrédito vem tendo em vista de medidas governamentais para o setor bem como pela declaração do ano de 2005 como Ano do Microcrédito", finaliza Weizenmann.

PESSOAS FÍSICAS

No Bradesco, o primeiro banco privado do país a operar com microcrédito, respondendo às medidas adotadas pelo governo federal para incentivar o acesso das populações de baixa renda aos serviços financeiros, os números impressionam. Até o fechamento desta edição, o banco não havia consolidado seu balanço de 2004, mas até 30 de setembro do ano passado (último dado disponível) já havia

realizado 970 mil contratos, o que corresponde a um volume de R\$ 500 milhões.

Esse grande volume de transações deve-se basicamente à enorme capilaridade do Bradesco, que além de suas numerosas agências espalhadas pelo país, conta ainda com as agências do banco postal, presente em praticamente todos os municípios brasileiros. De acordo com a assessoria de imprensa do banco, o Bradesco tem como principal público-alvo do microcrédito as pessoas físicas, e, em particular, os aposentados, que têm seus empréstimos descontados em folha de pagamento.

Com sua oferta iniciada em 01 de agosto de 2003, em toda a rede de mais de 3 mil pontos de atendimento Itaú, a linha de Microcrédito do Banco Itaú está disponível para pessoas físicas, beneficiários do INSS e para pequenas empresas.

De acordo com a assessoria de imprensa do Itaú, os clientes pessoas físicas que se enquadram nessa linha são os de baixa renda, que passam por dificuldades financeiras e têm no máximo R\$ 1 mil em recursos, somando o que tem no Itaú e em outros bancos. No caso das pequenas empresas, o limite é de R\$ 10 mil em recursos no Itaú e mercado.

O valor mínimo do empréstimo é de R\$ 100,00 e o máximo, R\$ 600,00 para pessoa física e R\$ 1.000,00 para pessoa jurídica. O prazo do empréstimo varia de 4 a 12 meses sendo que a parcela mínima é de R\$ 20,00, com juros de 2 % ao mês. A tarifa de contratação é 2 % do valor do contrato, financiada para PF e na PJ é no ato. O volume da carteira (2 % dos saldos dos depósitos à vista) de microcrédito no Itaú é de R\$ 115 milhões.

"Ao ofertar o Microcrédito em toda a rede, estamos atendendo a resolução 3.109 do Banco Central e contribuindo para viabilizar a ampliação do crédito para pessoas de baixa renda no País. Sem dúvida, é um produto que deverá crescer muito nos próximos anos e agregar ainda mais valor à carteira de crédito do Itaú", afirma Antonio Matias, vice-presidente executivo do Itaú.

Microcrédito nos bancos

BANCO/INSTITUIÇÃO	TIPO DE CRÉDITO	VALOR DO EMPRÉSTIMO		TAXA DE JUROS	PRAZO DE PARCELAMENTO		2004			
		MÍNIMO	MÁXIMO		MÍNIMO	MÁXIMO	TOTAL DE CLIENTES	VALOR DA CARTEIRA ATIVA	OPERAÇÕES REALIZADAS	VALOR TOTAL DAS OPERAÇÕES
Real/Real Microcrédito	Produtivo orientado (PJs)	R\$ 200	R\$ 10.000	Até R\$ 1mil e 4 parcelas, 2% ao mês; acima disso, 3,5% am		15 meses	3.260	R\$ 4,112 milhões	4.348	R\$ 6,110 milhões
Itaú	PF, PJ e beneficiários do INSS	R\$ 100	R\$ 600 para PF; R\$ 1.000 para PJ	2% am	4 meses	12 meses		R\$ 3,1 milhões	970 mil (até setembro)	R\$ 500 milhões
Bradesco	PF e PJ	-	R\$ 600 para PF; R\$ 1.000, para PJ	2% am	4 meses	12 meses			1.650	R\$ 3,8 milhões
Unibanco/ Microinvest	Produtivo orientado (PJs)	R\$ 400	R\$ 10.000	De 3,6% a 4,2% am.		12 meses (capital de giro) e 24 meses (ativo fixo ou reforma)				

Evandro Peçanha e Júlio César Reche

“O Sebrae quer retomar o trabalho de apoio e expansão das operadoras”

Por Rosa Lima

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) está apostando alto no Ano do Microcrédito. De acordo Evandro Peçanha e Júlio César Reche, respectivamente diretor de desenvolvimento setorial e gerente da Unidade de Acesso a Serviços Financeiros do Sebrae-RJ, a entidade quer retomar o papel de apoio e expansão das operadoras de microcrédito para que o mercado funcione melhor e atenda ao maior número possível de microempreendedores no estado. “Havendo o crédito, havendo recursos, certamente haverá demanda e vamos precisar de operadoras bem gerenciadas”, justificam eles. Foi por esse motivo que o Sebrae, em parceria com o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets), fomentou o Fórum de Microfinanças Rio de Janeiro, reunindo as operadoras para discutir a problemática e as soluções que o microcrédito exige. E espera que, em 2005, com melhores técnicas de gestão, com a reformulação do fundo de aval, com o cadastro positivo, com a nova legislação das cooperativas de crédito e com o apoio das prefeituras municipais, mais e melhores operadoras possam oferecer microcrédito aos fluminenses.

Como o Sebrae pensa o problema do crédito, principalmente para os micro e pequenos empreendedores?

A questão de acesso ao crédito é um assunto com o qual o Sistema Sebrae, não apenas no Rio de Janeiro mas em nível nacional, tem uma preocupação muito grande. Existem nove prioridades estratégicas no Sebrae e o acesso ao crédito é uma delas. Nós terminamos no ano passado um amplo diagnóstico sobre a questão, que se transformou numa publicação que é hoje a mais vendida do Sebrae. A questão básica do crédito no Brasil não é só o problema do micro e do pequeno empreendedor, é de todas as empresas. Nós temos uma conjuntura econômica em que a questão dos juros é posta como a principal ferramenta macroeconômica para controlar a inflação. E aí nós temos esse título desonroso de ser a economia com a maior taxa de juros do mundo, que torna o crédito muito caro. Fora isso, para os pequenos especificamente, vem um segundo problema: as garantias. É sabido que a pequena empresa tem dificuldades de oferecer as garantias exigidas pelo sistema financeiro nas linhas hoje existentes. Essa é uma questão que estamos buscando trabalhar no Sistema Sebrae.

De que forma?

Há uma experiência em curso hoje no Rio Grande do Sul, no Sistema Sebrae,

que são as chamadas Sociedades de Garantias Recíprocas Solidárias. O modelo é o de consorciar as empresas, as pequenas, para que elas se auto-avalizem. Esse é um piloto, mas sabemos que a experiência internacional, no caso da Itália e da Espanha principalmente, tem sido muito bem sucedida no sentido de dar acesso ao crédito para as pequenas empresas. Além dessa experiência específica com relação à garantia, o Sebrae já vem desenvolvendo uma ferramenta desde 1995, que é o fundo de aval, também trazido da experiência internacional, nesse caso, da Ásia.

“Para 2005 nós esperamos que se deslanchem as operadoras de microcrédito não só quantitativamente, mas também qualitativamente.”

Mas a experiência com o fundo de aval foi bem-sucedida?

Essa ferramenta não funcionou bem até agora, aqui no Rio de Janeiro pelo menos, porque da maneira que foi estruturado, o fundo de aval só comportava complementar garantias até 50% daquele valor exigido pelo banco. Mas a própria micro ou pequena empresa não tinha os outros 50% e aí ficou um instrumento um tanto capenga.

Agora, estamos apostando que em 2005, principalmente aqui no Estado do Rio, nós vamos revigorar esse instrumento, altamente importante para a pequena empresa acessar o crédito. O Sebrae fez uma reformulação no regulamento do fundo de aval. O próprio foco de atendimento do Sebrae mudou. Hoje, priorizamos o atendimento a arranjos produtivos locais, esquecemos um pouco daquela demanda pontual para passar a focar mais empresas dentro de um determinado setor. Nesses arranjos, o fundo de aval vai poder contemplar a garantia complementar ou o aval complementar até 80%, ou seja, a pequena empresa só vai precisar disponibilizar 20% daquilo que o banco exige. Outro problema é que, até agora, o fundo de aval só contemplava financiamentos voltados para investimento, compra de equipamento, maquinaria, etc. Agora vamos poder usar o fundo de aval do Sebrae para linhas de financiamento de capital de giro também. Acreditamos que essas mudanças vão trazer resultados muito positivos.

A falta de informação sobre o setor também dificulta e encarece o crédito para os pequenos empreendedores. O Sebrae não poderia atuar provendo essas informações?

O Sebrae quer retomar um papel que também foi seu de estimular a atuação das Oscips e SCMs, das operadoras de

microcrédito. Porque na linha do microcrédito há necessidade de se ter orientação, uma boa avaliação do pleito, um bom acompanhamento. Essa é a razão pela qual o Sebrae, nesses dois últimos anos, em estreita parceria com o Iets, fomentou o Fórum de Microfinanças Rio de Janeiro, reunindo todas as operadoras para discutir a problemática e as soluções que o microcrédito exige.

Quais são os planos da entidade para 2005?

Para 2005 nós esperamos que se deslanchem as operadoras não só quantitativamente, mas também qualitativamente. Havendo o crédito, havendo recursos, certamente haverá demanda e vamos precisar de operadoras bem gerenciadas. Para isso nós desenvolvemos também um software de gestão do microcrédito. Ele é um elemento importante para que essas operadoras possam fazer um bom planejamento das suas atividades, das suas operações. Para 2005 esperamos retomar o trabalho de apoio e expansão das operadoras.

A idéia, portanto, é mais a de fomentar o mercado, fazê-lo funcionar melhor, do que substituí-lo?

Exatamente. Uma das preocupações nossas com o crédito é reduzir a chamada assimetria de informações. O desconhecimento do setor financeiro do bom cliente prejudica a oferta de crédito, porque sem conhecer o cliente parte-se do pressuposto de que todo mundo é mal pagador. Com isso, criam-se as dificuldades para os empréstimos, as exigências excessivas de garantias. Existe um projeto que chamamos de cadastro positivo, de reunir dados, em parceria com o Serasa, um convênio que possibilitará a disponibilização de informações das empresas boas pagadoras para o sistema financeiro.

A previsão é que em dois ou três meses já tenhamos esse convênio firmado. Nós estamos também com oito experiências em curso de cooperativas de crédito no Estado do Rio e estamos apostando muito nisso. O aperfeiçoamento da legislação de cooperativas por parte do Banco Central permitiu a criação das cooperativas de créditos urbanos de pequenos empreendedores e isso faz com que elas sejam um canal alternativo de acesso ao crédito com condições de juros as melhores possíveis, com menores exigências de garantia, com melhores condições de relacionamentos das empresas com a cooperativa, etc. A relação do cooperativado passa a ser a de um acionista de um pequeno banco local. Porque a cooperativa só não opera câmbio, mas todas as demais operações financeiras a cooperativa faz, então funciona como banco. Acreditamos que essa linha se aplica ao microcrédito também.

“Este ano vamos criar a categoria microfinanças, dentro do Prêmio Prefeito Empreendedor do Sebrae, para estimular boas práticas das prefeituras também nesse campo”

Como o Sebrae vê o papel das prefeituras no fomento ao microcrédito?

Como o ambiente do microcrédito está se apresentando mais promissor, mais favorável este ano, queremos estimular as prefeituras dos 92 municípios do Estado do Rio a constituírem seu banco cidadão, seu banco do povo. Acreditamos que seria importante que o Sebrae, o BNDES, o Banco do Brasil, a CEF e

outras fontes de recursos possíveis para o microcrédito tivessem uma política mais integrada para que não saíssemos cada um para um lado inventando uma regra. Acreditamos que unidos teríamos mais condições de alavancar recursos junto às prefeituras para a constituição de fundos locais. Queremos fazer aqui no Sebrae Rio um grande seminário com os 92 prefeitos fluminenses para colocarmos para eles o que é o microcrédito, para conseguirmos a adesão deles nesse programa. Queremos inclusive criar uma categoria microfinanças, dentro do Prêmio Prefeito Empreendedor, do Sebrae, para estimular boas práticas das prefeituras também no campo do microcrédito. Esperamos que essa nova categoria já esteja presente no prêmio deste ano.

O Sebrae atende apenas as empresas legalizadas ou o empreendedor informal também?

Os serviços que o Sebrae oferece, ou seja, seus cursos, seus eventos, são extensivos ao trabalhador informal também. Não fazemos restrição de atendimento ao informal. Hoje, inclusive, temos um atendimento bastante grande do informal em função da conjuntura, de carga tributária que nós sabemos que inviabiliza a legalização de muitas empresas, e que resulta num grande crescimento da informalidade. Mas é claro que nossa política é de estimular a formalização, sim. Porque formalizadas as empresas passam a ter melhores condições de acesso ao banco. Mas sabemos que a burocracia é muito grande. Por isso é que estamos empenhados na aprovação da lei geral da micro e pequena empresa que já está no Congresso. Porque sua aprovação vai permitir simplificar processos de legalização, em todos os campos, não só no tributário, mas no campo previdenciário, no trabalhista, e até no acesso ao crédito. Essa é a nossa principal bandeira de 2005.

Boas novas no Ano Internacional do Microcrédito

Muito mais ainda deve ser feito para revitalizar o setor, mas medidas recentes do Governo Federal renovam a esperança de fazer chegar crédito aos excluídos

Em novembro de 2004, depois de muitas negociações, o Governo Federal editou Medida Provisória (MP) sobre o Microcrédito Produtivo Orientado. Editou também Decreto regularizando-a e editou um Programa Nacional de Microcrédito Orientado (PNMPO). Esta Medida Provisória vem na esteira da Resolução do Banco Central de agosto de 2004, que já enfrentava questões fundamentais para o setor, contudo sem força de lei.

Aspectos dessas normas merecem destaque por sua importância. O primeiro ponto é a definição conceitual do que vem a ser o Microcrédito Produtivo Orientado. Desde o início do Governo Lula, estabeleceu-se enorme confusão conceitual acerca do microcrédito. A bancarização proposta pelas Leis 10.735 e 10.738 tratava operações financeiras de pequeno porte como operações de microcrédito. Além disso, diversas operações e práticas ligadas a crédito para consumo receberam indevidamente o rótulo de microcrédito. A banalização do vocábulo acabou por exigir uma nova denominação que guardasse as diferenças e especificidades de metodologia de microcrédito.

Surge assim o Microcrédito Produtivo Orientado, e a lei o define com precisão, revelando uma compreensão até então inexistente por parte do Executivo. Um outro aspecto que merece destaque é o enfrentamento da fixação da taxa de juros na ponta, crucial para o setor. Como se sabe, as medidas anteriormente adotadas fixaram a liberação dos fundos decorrentes da exigibilidade a regras rígidas de crédito cujos juros não poderiam exceder o percentual de 2% ao mês para o tomador final.

OPERADORES VISTOS COMO VILÕES

O desconhecimento da composição dos custos de uma operação de crédito levou o legislador a este equívoco que inviabilizou a boa intenção contida nas medidas provisórias. O BNDES, por sua vez, atrelou a liberação de funding a esta mesma taxa, o que fez com que os recursos daquele banco de desenvolvimento ficassem totalmente inviabilizados para o setor até a edição da Medida Provisória 226/04 e Resolução 3229 de que ora tratamos.

De fato o alarde em torno dos juros extorsivos praticados no mercado financeiro transformou os operadores de microcrédito em vilões que, tomando a TJLP emprestavam a juros variando de 3 a 4,5 % ao mês. Os propagandistas deste equívoco desconheciam que os juros praticados no setor destinam-se à cobertura dos custos operacionais e financeiros das operadoras que atendem um público que, não tendo acesso ao crédito tradicional, acaba sendo obrigado a tomar empréstimos a taxas, muitas vezes, superiores a 9 % ao mês.

Tanto isto é verdade que onde há funding não falta clientela para as operadoras de microcrédito e, quando estas inexistem ou encerram suas atividades, o prejuízo aos microempreendedores formais e informais é facilmente constatável. Infelizmente, a propaganda dos juros baixos (2%) como panacéia criou dificuldades políticas para o governo e foi preciso coragem para alterar a regra erroneamente editada.

AVANÇOS JUSTIFICAM OTIMISMO

Assim a inserção na Resolução 3229 da possibilidade de acréscimo de custos à taxa de juros, elevando o teto para 4%, reabriu a possibilidade de operação com os fundos de exigibilidade e os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) administrados pelo BNDES. Estes dois avanços por si só, justificariam otimismo em relação aos próximos anos, mas a certeza de que muito mais deve ser feito para a revitalização do setor exige que continuemos mobilizados em defesa do Microcrédito Produtivo Orientado.

O grupo de trabalho interministerial coordenado pelo Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, e que conta com a presença e colaboração do Ministro José Graziano, transformou-se em grupo de trabalho permanente, e vem desempenhando um importante papel no aprimoramento do marco legal da atividade de microcrédito.

A nova gestão do BNDES, recém-empossada, retomou a discussão da liberação de funding e há razões para crer que dentro em breve veremos o restabelecimento do fluxo de recursos para o setor. Há que saudar a entrada em cena do Banco Popular do Brasil, subsidiária do Banco do Brasil, que vem se mostrando interessada em participar do esforço de revitalização do setor, abrindo linhas de crédito para as operadoras.

Não podemos esquecer que este ano de 2005 é o Ano Internacional do Microcrédito, realização da ONU no combate à miséria e à exclusão social. A ONU convidou dez personalidades mundiais para divulgar e dar visibilidade à programação das atividades referentes ao tema escolhido e nosso presidente foi indicado e aceitou ser um deles, nomeando para coordenador das atividades o Professor Paul Singer, importante aliado do microcrédito.

Finalmente, há que se noticiar a indicação do companheiro Valdi Dantas, um dos pioneiros do microcrédito no Brasil, para coordenar o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado na qualidade de assessor direto do Ministro do Trabalho, designado pela Presidência da República para impulsionar o setor.

A Abcred saúda a nova política do Governo Federal mantendo sua postura de defesa do Microcrédito Produtivo Orientado, pautada pela intransigente busca de um ambiente propício ao crescimento da atividade como única forma de fazer chegar crédito aos excluídos gerando emprego, trabalho e renda, combatendo a pobreza e a exclusão social.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS DIRIGENTES DE ENTIDADES GESTORAS E OPERADORAS DE MICROCRÉDITO

Queremos
notícias suas!

O Boletim do Fórum de Microfinanças quer ser o veículo de comunicação das instituições que trabalham no setor microfinanceiro. Entre em contato conosco e nos mande suas notícias: dados de operações, suas atividades, suas conquistas, suas demandas, suas histórias de sucesso e suas dificuldades. Assim, aprendemos uns com os outros e avançamos juntos. Mande um e-mail para forum@forumdemicrofinancas.org.br.

Agências Bancárias no Estado do Rio de Janeiro

ADRIANA FONTES E ALINNE VEIGA

Programas de microcrédito fundamentam-se na hipótese de racionamento de crédito. Este ocorre quando as instituições financeiras restringem o acesso de determinado grupo ao crédito por razões como baixa renda ou falta de garantias reais. A exclusão se torna visível através, por exemplo, da área geográfica. A fim de contribuir para a identificação da exclusão geográfica no Estado do Rio de Janeiro, foram utilizadas as informações sobre instituições financeiras contidas no banco de dados Cidades@ disponível no site do IBGE (www.ibge.gov.br). Os dados são de 2003, extraídos da base de dados do Banco Central do Brasil (BACEN). As variáveis existentes referem-se ao número de agências, valor das operações de crédito, valores dos depósitos à vista (governo e privado) e a prazo e poupança, entretanto apenas a primeira é utilizada neste artigo.

Em 2003, existiam 1.406 agências bancárias no Estado do Rio de Janeiro, sendo que 63% delas na Capital. Na tabela a seguir, nota-se que o número de agências varia de 890 na Cidade do Rio de Janeiro a municípios sem informação deste quantitativo (Carapebus, Comendador Levy Gasparian, Iguaba Grande e Japeri). Dezoito municípios do Estado do Rio de Janeiro têm apenas uma agência bancária e 20, apenas duas. Apenas 10 municípios do estado têm mais de 10 agências. O segundo município com maior número de agências é, como esperado, Niterói (67 agências), seguido de Duque de Caxias (32) e São Gonçalo (27).

O mapa ao lado indica a grande concentração das agências no Rio de Janeiro e em alguns municípios da Região Metropolitana. Para ter uma noção da capacidade de atendimento do sistema financeiro local à população do município, criou-se um indicador de número médio de pessoas por agência que é a razão entre a população em idade ativa (10 anos ou mais) e o número total de agências existentes no município. Assim, se as agências do Estado do Rio de Janeiro atendessem igualmente todos os residentes em idade ativa, cada agência teria, em média, 8,5 mil clientes. Essa relação na Cidade do Rio de Janeiro é de 5,6 mil, um pouco superior à apresentada pela Cidade de São Paulo (5,3 mil).

Dentre os municípios do estado, a relação entre população e número de agências varia substancialmente. Enquanto em Belford Roxo existe apenas uma agência para cada 70 mil pessoas em idade ativa, em São José de Ubá a relação é de 3,6 mil. Apesar de Belford Roxo ter um número de agências próximo ao de Búzios (5 e 4 agências, respectivamente), no primeiro município residem 346 mil pessoas com 10 anos ou mais, enquanto Búzios tem apenas 14,6 mil pessoas residentes. O mapa 2 ilustra a penetração do sistema financeiro no Estado do Rio de Janeiro. Os municípios da Baixada Fluminense são os que apresentam maior número de habitantes por agência bancária, seguidos pela Região do Norte Fluminense.

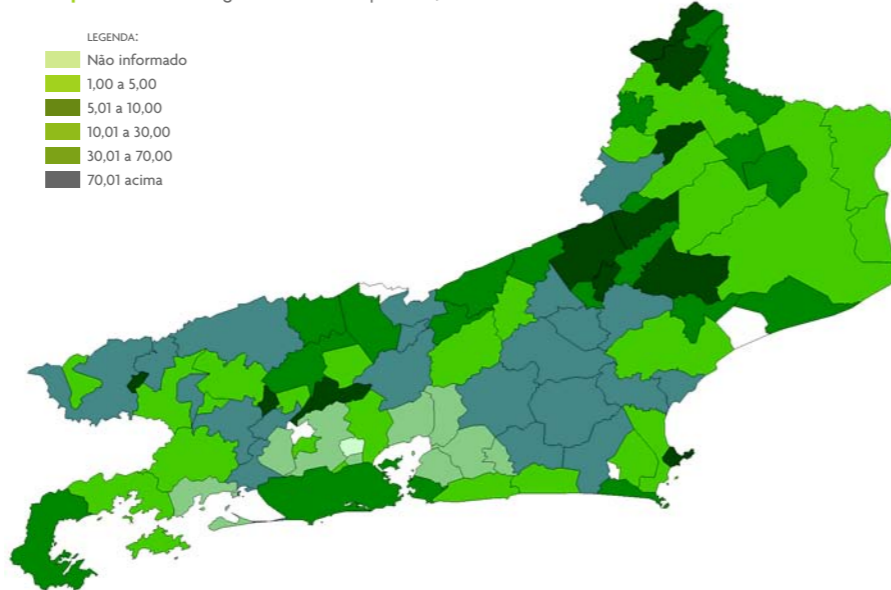
A fim de identificar possíveis determinantes da localização das agências, o gráfico 1 mostra a relação entre o número de agências bancárias e o Produto Interno Bruto (PIB) do município. A relação é positiva, ou seja, quanto maior a riqueza gerada pelo município, mais agências possui. Este resultado, embora intuitivo, traz algumas implicações sobre as distâncias entre os municípios. Niterói e Petrópolis, por exemplo, estão servidos com um número de agências maior do que o esperado, enquanto Belford Roxo, Duque

Tabela 1: Totais de agências por município do Estado do Rio de Janeiro - 2003

Nº de agências	Nº de municípios
1	18
2	20
3	10
4	10
5	5
6	3
7	6
8	2
9	1
10	3
14	1
15	1
20	1
23	1
25	2
27	1
32	1
67	1
890	1
Não informado	4
TOTAL	92

FONTE: WWW.IBGE.GOV.BR COM BASE NOS DADOS DO BACEN

Mapa 1: Número de Agências Bancárias | Rio de Janeiro - 2003



de Caxias e Volta Redonda apresentam carência de agências em relação ao seu PIB.

Além do PIB, a forma como a renda está distribuída tem influência sobre a localização das agências. O gráfico 2 mostra que a relação entre habitantes por agência e o índice de Gini é negativa. Mantendo constante o nível de riqueza, quanto maior a desigualdade de renda no município, menor o número de habitantes por agência, ou seja, maior presença relativa do setor financeiro.¹ Municípios como Belford Roxo, Seropédica e Guapimirim, dado o nível desigualdade, seria esperada maior penetração do setor financeiro.

O fato dos municípios com maior concentração de renda possuírem uma rede bancária mais ampla pode significar que os bancos estão onde os ricos estão. O gráfico 3 mostra a relação entre número de agências e população com renda domiciliar per capita acima de cinco salários. A correlação entre essas duas variáveis é alta e positiva, ou seja, quanto maior o número de “ricos” no município, maior o número de agências bancárias. A estratégia de disputar pelos clientes com maior renda parece prevalecer àquela de buscar atender novos clientes que não tenham acesso a serviços financeiros.

Para analisar os fatores que determinam a localização das agências nos municípios do Estado do Rio de Janeiro a metodologia de modelos estatísticos de regressão linear foi considerada com as seguintes variáveis independentes: PIB, população de 10 anos ou mais, número de pessoas com renda domiciliar per capita acima de cinco salários mínimos e Gini.² Através destes modelos procurou-se explicar a relação entre essas variáveis e o número de agências. Os resultados, expostos na Tabela 2, mostram que o PIB tem influência positiva sobre o número de agências. A variável Gini não foi significativa neste modelo e, por isso, não foi mantida. Era de se esperar que em municípios com mais residentes, houvesse mais agências para poder atender todos os clientes potenciais, entretanto, o tamanho da população no modelo tem um impacto negativo sobre o número de agências. Já o número de “ricos” apresenta coeficiente positivo, com forte impacto sobre o número de agências. Um aumento de 10.000 pessoas com renda

Mapa 2: Relação entre População em Idade Ativa e Número de Agências Bancárias | Rio de Janeiro

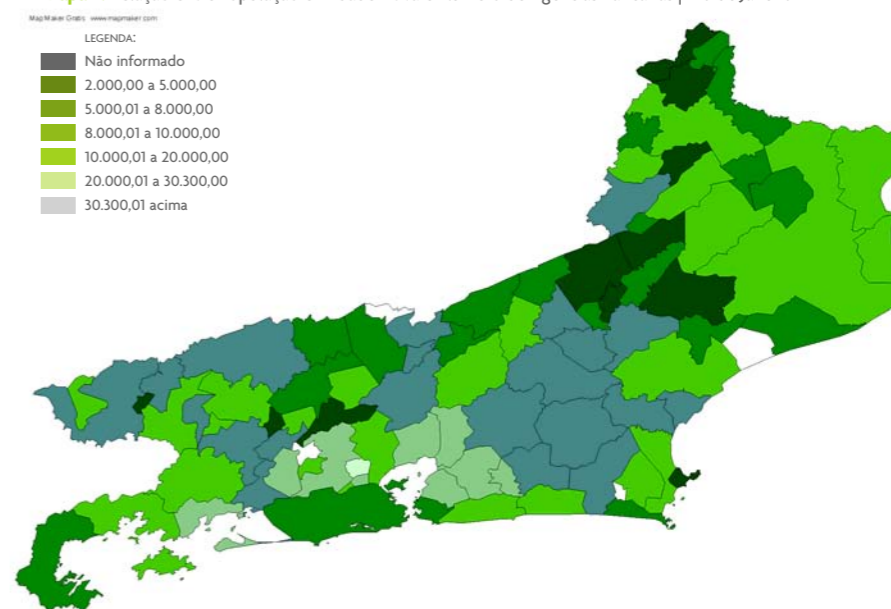
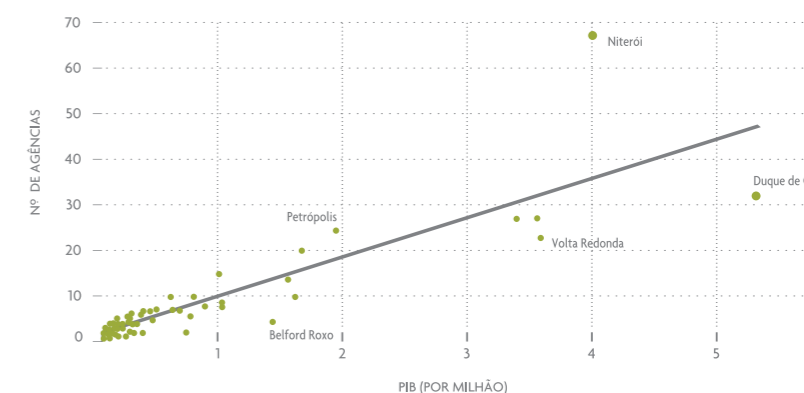
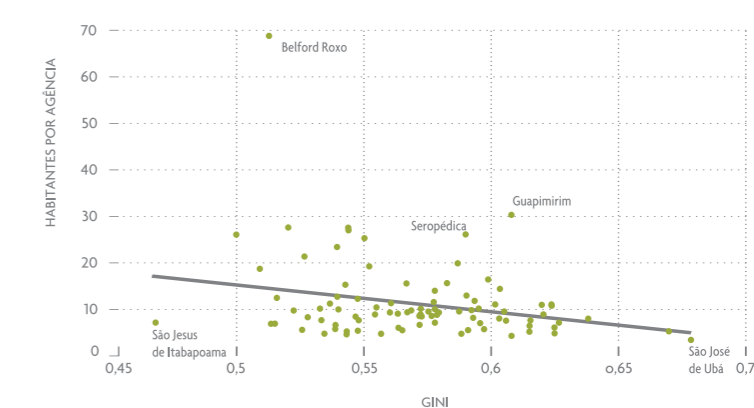


Gráfico 1: Relação entre Número de Agências Bancárias e o PIB



Nota: Para melhor visualização do gráfico, os dados para o município do Rio de Janeiro não foram considerados.

Gráfico 2: Relação entre a Razão de Habitantes por Agências Bancárias e a Desigualdade de Renda

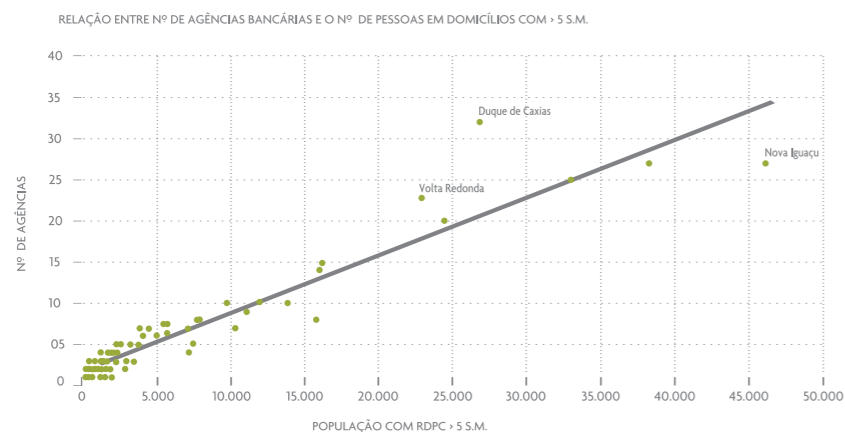


Nota: Para melhor visualização do gráfico, os dados para o município do Rio de Janeiro não foram considerados.

¹ Sicsú e Crocco “Em busca de uma teoria da localização das agências bancárias: algumas evidências do caso brasileiro”. Economia. Niterói, v.4 n.1, p.85-112, jan/jun 2003, analisaram três indicadores para explicar a localização de agências bancárias no Brasil: população, PIB e índice de Gini. Segundo este estudo, entretanto, em localidades em que a renda é melhor ditribuida há uma quantidade de habitantes por agência menor.

² A fonte de dados do PIB municipal é Fundação Cide enquanto os demais dados são do Censo 2000. Vale destacar que o dado de número de agências é de 2003.

Gráfico 3: Relação entre o Nº de Agências Bancárias e o Nº de Pessoas com RDPC > 5 S.M.



Nota: Para melhor visualização do gráfico, os dados para os municípios do Rio de Janeiro e de Niterói não foram considerados.

Tabela 2: Número de Agências

Variáveis	Coefficiente Estimados	Erro padrão dos Coeficientes	P-Valor
Intercepto	1,42	0,25	0,00
População com 10 anos ou mais	-0,02	0,00	0,00
PIB	6,79	0,32	0,00
Pessoas em domicílios com RDPC ≥ 5 S.M. (+10,000)	3,43	0,19	0,00
Nº Obs	87		
R ² Ajustado	0,9995		

Tabela 3: Número de Pessoas por Agências

Variáveis	Coefficiente Estimados	Erro padrão dos Coeficientes	P-Valor
Intercepto	49,32	13,79	0,00
Gini	-66,51	24,09	0,01
Nº Obs	87		
R ² Ajustado	0,0715		

domiciliar per capita acima de cinco salários mínimos determina a abertura de 3 agências, mantendo as demais variáveis constantes.

Outro teste foi feito para analisar os determinantes do número de habitantes por agência. Entretanto os resultados da regressão mostraram que nem o PIB nem o indicador de percentual de ricos foram significativos. A única variável que teve impacto sobre o número de habitantes por agências foi o Gini e, como mostra a Tabela 3 e já ressaltado anteriormente, é negativo.

De maneira geral, os dados demonstram que o setor financeiro no Estado do Rio de Janeiro tende a ter maior penetração em lugares com maior riqueza, onde a desigualdade de renda é maior e com maior percentual de pessoas ricas. Estas constatações indicam claramente a necessidade de democratizar o crédito, daí a importância de se pensar em formas de proporcionar acesso de grande parte da população aos serviços financeiros. Será interessante repetir estas análises para os anos seguintes, já que o Governo Federal tem acelerado sua política de ampliação de acesso a serviços bancários.

Anexo Estatístico

Estatísticas Municipais

	Nº DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS - 2003	Nº DE HABITANTES POR AGÊNCIA (+1000)	POPULAÇÃO TOTAL - 2000	POPULAÇÃO DE 10 ANOS OU MAIS - 2000	ÍNDICE DE GINI - 2000	PIB - 2000	Nº DE PESSOAS EM DOMICÍLIOS COM RDPC ≥ 5 S.M. - 2000	PROPORÇÃO DE RICOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO - 2000
Nome do Município*								
Angra dos Reis	8	12,0	119.247	95.692	0,578	893.571	7.664	6,50%
Aperibé	1	6,8	8.018	6.816	0,627	25.801	411	5,10%
Araruama	7	9,6	82.803	67.399	0,588	360.146	5.321	6,40%
Areal	1	8,1	9.899	8.052	0,548	65.907	527	5,40%
Armação dos Búzios	4	3,7	18.204	14.605	0,608	141.748	1.726	9,60%
Arraial do Cabo	3	6,6	23.877	19.658	0,514	135.111	1.592	6,70%
Barra do Pirai	7	10,6	88.503	73.899	0,540	409.706	5.508	6,20%
Barra Mansa	9	15,8	170.753	141.891	0,567	1.039.474	11.014	6,50%
Belford Roxo	5	69,2	434.474	345.848	0,513	1.450.214	7.370	1,70%
Bom Jardim	2	9,4	22.651	18.727	0,560	80.819	1.245	5,50%
Bom Jesus do Itabapoana	4	7,0	33.655	28.041	0,578	142.311	1.604	4,80%
Cabo Frio	7	14,5	126.828	101.512	0,604	689.339	10.261	8,10%
Cachoeiras de Macacu	4	9,9	48.543	39.616	0,522	180.654	1.899	3,90%
Cambuci	1	12,4	14.670	12.437	0,548	52.455	478	3,30%
Carapebus		8,666	7.115	6.552	0,453	31.197	291	3,40%
Comendador Levy Gasparian		7,924	6.552	6.552	0,513	32.878	203	2,60%
Campos dos Goytacazes	20	16,7	407.168	334.171	0,599	1.677.619	24.502	6,00%
Cantagalo	4	4,1	19.835	16.353	0,588	257.448	1.236	6,30%
Cardoso Moreira	2	5,3	12.595	10.570	0,526	39.733	313	2,50%
Carmo	2	6,4	15.289	12.749	0,596	84.801	779	5,20%
Casimiro de Abreu	2	9,1	22.152	18.181	0,563	116.771	1.332	6,10%
Conceição de Macabu	2	7,6	18.782	15.213	0,533	48.436	671	3,60%
Cordeiro	3	5,1	18.601	15.430	0,548	64.051	1.251	6,70%
Duas Barras	1	8,4	10.334	8.439	0,528	42.438	384	3,70%
Duque de Caxias	32	19,5	775.456	622.862	0,552	5.320.957	26.869	3,50%
Engenheiro Paulo de Frontin	1	10,3	10.262	10.262	0,533	50.776	562	4,60%
Guapimirim	1	30,3	37.952	30.292	0,608	148.616	1.495	3,90%
Iguaba Grande		15,089	12.410	12.410	0,567	51.223	1.496	9,90%
Itaboraí	6	25,3	187.479	151.582	0,551	775.029	5.523	3,00%
Itaguaí	7	9,4	82.003	65.876	0,567	501.462	3.788	4,60%
Italva	2	5,4	12.621	10.824	0,563	51.942	397	3,10%
Itaocara	4	4,9	23.003	19.670	0,670	79.979	1.216	5,30%
Itaperuna	6	12,1	86.720	72.782	0,594	347.190	4.843	5,60%
Itatiaia	2	10,0	24.739	20.055	0,595	734.171	1.736	7,10%
Japeri		83,278	65.011	65.011	0,548	162.429	1.286	1,50%
Laje do Muriaé	1	6,5	7.909	6.518	0,516	34.399	179	2,30%
Macaé	8	13,5	132.461	107.951	0,590	1.041.387	15.700	11,90%
Macuco	1	4,1	4.886	4.079	0,556	20.760	199	4,10%
Magé	7	23,5	205.830	164.369	0,540	613.403	6.924	3,40%
Mangaratiba	1	20,4	24.901	20.357	0,587	206.639	1.894	7,60%
Maricá	4	15,9	76.737	63.697	0,582	303.612	7.042	9,20%
Mendes	3	4,9	17.289	14.619	0,565	68.924	1.278	7,40%
Miguel Pereira	4	5,0	23.902	19.850	0,615	114.242	2.290	9,60%
Miracema	2	11,1	27.064	22.196	0,620	81.209	1.420	5,30%
Natividade	3	4,2	15.125	12.639	0,625	46.339	840	5,60%
Nilópolis	10	12,9	153.712	128.952	0,516	599.940	9.673	6,30%
Niterói	67	5,9	459.451	397.760	0,615	4.006.081	149.904	32,80%
Nova Friburgo	15	9,8	173.418	146.420	0,569	1.020.972	16.230	9,40%
Nova Iguaçu	27	27,5	920.599	742.669	0,544	3.395.573	38.301	4,20%
Paracambi	4	8,5	40.475	33.802	0,577	158.051	1.763	4,50%
Paraíba do Sul	4	7,8	37.410	31.033	0,638	126.286	2.208	5,90%
Parati	3	7,8	29.544	23.423	0,606	143.261	2.249	7,70%
Paty do Alferes	2	10,0	24.931	20.065	0,578	76.706	1.054	4,30%
Petropolis	25	9,6	286.537	239.430	0,605	1.972.895	32.986	11,60%
Pinheiral	1	16,1	19.481	16.079	0,543	46.788	1.219	6,30%
Pirai	2	9,1	22.118	18.213	0,580	357.120	1.600	7,20%
Porciúncula	3	4,4	16.093	13.232	0,544	53.774	438	2,70%
Porto Real	2	4,8	12.095	9.662	0,591	273.347	394	3,30%
Quatis	1	8,8	10.730	8.791	0,572	48.059	558	5,20%
Queimados	5	19,3	121.993	96.631	0,509	437.837	2.524	2,10%
Quissamã	2	5,5	13.674	11.041	0,539	62.773	470	3,40%
Resende	10	8,6	104.549	86.034	0,579	1.626.315	11.939	11,40%
Rio Bonito	5	8,2	49.691	41.155	0,603	227.485	3.196	6,50%
Rio Claro	1	13,1	16.228	13.143	0,539	52.421	660	4,10%
Rio das Flores	1	6,2	7.625	6.200	0,539	43.565	271	3,60%
Rio das Ostras	3	9,9	36.419	29.623	0,593	160.193	2.899	8,00%
Rio de Janeiro	890	5,6	5.857.904	4.976.601	0,625	82.100.000	1.200.185	20,60%
Santa Maria Madalena	2	4,3	10.476	8.666	0,535	30.745	464	4,40%
Santo Antônio de Pádua	4	8,1	38.692	32.345	0,593	152.215	2.061	5,30%
São Francisco de Itabapoana	3	11,1	41.475	33.365	0,623	99.848	828	2,00%
São Fidélis	3	10,3	36.789	30.948	0,555	97.824	1.372	3,70%
São Gonçalo	27	27,6	891.119	743.950	0,521	3.560.353	46.182	5,20%
São João da Barra	2	11,4	27.682	22.814	0,537	91.851	560	2,00%
São João de Meriti	14	26,2	449.476	367.073	0,500	1.568.336	16.008	3,60%
São José de Ubá	2	2,7	6.413	5.368	0,678	22.449	220	3,40%
São José do Vale do Rio Pret	2	7,7	19.278	15.417	0,548	68.351	801	4,20%
São Pedro da Aldeia	5	10,1	63.227	50.604	0,572	242.551	3.680	5,80%
São Sebastião do Alto	1	7,0	8.402	7.001	0,466	24.209	154	1,80%
Sapucaia	2	7,1	17.157	14.217	0,616	72.250	949	5,50%
Saquarema	3	14,2	52.461	42.625	0,578	174.436	3.388	6,50%
Seropédica	2	26,2	65.260	52.330	0,590	247.066	2.848	4,40%
Silva Jardim	2	8,4	21.265	16.762	0,573	63.210	748	3,50%
Sumidouro	1	11,6	14.176	11.601	0,561	61.506	619	4,40%
Tanguá	1	21,1	26.057	21.090	0,527	76.225	504	1,90%
Teresópolis	10	11,4	138.081	113.573	0,602	792.229	13.794	10,00%
Trajano de Moraes	1	8,6	10.212	8.555	0,621	34.879	390	3,80%
Três Rios	7	8,5	71.976	59.608	0,572	425.680	4.334	6,00%
Valença	6	9,2	66.308	55.119	0,575	265.852	3.930	6,00%
Varre-Sai	1	6,4	7.854	6.390	0,572	23.898	164	2,10%
Vassouras	5	5,2	31.451	25.794	0,597	131.920	2.233	7,20%
Volta Redonda	23	8,8	242.063	203.350	0,554	3.592.997	22.960	9,50%

NOTA: OS MUNICÍPIOS SEM DADOS PARA Nº DE AGÊNCIAS NÃO FORAM CONSIDERADOS NA ANÁLISE DOS MODELOS DE REGRESSÃO.
FONTE: BACEN, FUNDAÇÃO CIDE E CENSO 2000.

Vem aí o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado



FÓRUM
microfinanças

Em novembro do ano passado, o Governo Federal lançou o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Ainda não regulamentado, o programa é uma medida de ampliação das diversas iniciativas de estímulo às microfinanças que já vinham sendo adotadas. O objetivo, agora, é atender a micro e pequenos empreendedores, pessoas físicas e jurídicas, dos meios urbano e rural, com faturamento bruto inferior a R\$ 60 mil ao ano.

Os recursos do PNMPO serão provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador, e de uma pequena parcela (2%) dos depósitos compulsórios dos bancos público e privados retidos no Banco Central. Empréstimos que poderão chegar a até R\$ 5 mil terão a supervisão do Conselho Deliberativo do FAT. Operações provenientes da exigibilidade (compulsórios) poderão chegar a R\$ 1 mil e terão a supervisão do Conselho Monetário Nacional.

As taxas de juros serão de 2% ao mês e as de administração devem ser bastante reduzidas em relação ao sistema financeiro tradicional, uma vez que os bancos terão como agenciadoras das operações as cerca de 1.700 instituições ligadas à democratização do crédito e à prática das finanças com caráter solidário – entre cooperativas de crédito, organizações da sociedade civil de interesse público (Oscip's, ou os chamados bancos do povo) e as Sociedades de Crédito a Microempreendimentos (SCMs).

"Em 2005 vamos nos dedicar ao PNMPO para que o sistema de microcrédito seja ampliado e fomentado em todo o Brasil", declarou Dione Manetti, diretor de Fomento à Economia Solidária da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), por ocasião do lançamento do programa.

Fórum de Microfinanças
Rio de Janeiro

Presidente
Manuel Thedim

Secretária-Executiva
Adriana Fontes

Estatística
Alinne Veiga

Estatístico-assistente
Eduardo Neto

Assessora de imprensa
Rosa Lima

Boletim do
Fórum de Microfinanças
Rio de Janeiro

Edição e jornalista responsável
Rosa Lima

Projeto e prod. gráfica
Soter Design

Este boletim é uma publicação do Fórum de Microfinanças Rio de Janeiro, com o apoio do Sebrae-RJ e do Iets.

Praia do Flamengo, 100,
cobertura 22210-030

Rio de Janeiro RJ
Tel/fax. [55 21] 3235-6315

QUEM PARTICIPA

OPERADORAS

ALDRAVA SCM | (21) 2240-6319
www.geocities.com/aldrava

BANCO DA MULHER | (21) 2240-0064
www.bancodamulher.org.br

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)
www.cef.gov.br

CRED PRODUIZIR | (21) 2262-7512

CRESCER SCM | (21) 2531-2196

FININVEST MICROCRÉDITO | (21) 3284-9777
www.fininvest.com.br

FOCO SCM | (21) 2222-1701

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO COMUNITÁRIA (IDACO)
(21) 2233-4535 / (21) 2516-8552
www.idaco.org.br

RÓTULA SCM | (21) 2544-4232

SINDCRED | (21) 2567-7137

SOCIALCRED SCM | (21) 2221-6468
www.socialcred.com.br

VIVACRED | (21) 3322-1412
www.vivacred.com.br

OUTRAS INSTITUIÇÕES

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS DIRIGENTES DE ENTIDADES GESTORAS E OPERADORAS DE MICROCRÉDITO (ABCRED)
www.forumdemicrofinancas.org.br/Abcred/index.html

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SOCIEDADES DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR (ABSCM)
www.abscm.com.br

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN)
www.bcb.gov.br

INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE (IETS)
www.iets.inf.br

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (IBAM)
www.ibam.org.br

INSTITUTO DE SERVIÇOS, ESTUDOS E REALIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SERE)
www.sere.org.br

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
www.governo.rj.gov.br

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
www.rio.rj.gov.br

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO RIO DE JANEIRO (SEBRAE-RJ)
www.sebraerj.com.br

www.forumdemicrofinancas.org.br
forum@forumdemicrofinancas.org.br